

**O índio, o
CIMI e o bom
senso da CNBB**

CRP 25-2-77

Não poderia ter sido mais sensato e oportuno o pronunciamento do cardeal-arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, a respeito do atual conflito entre a Funai e o Conselho Indigenista Missionário. Depois que o assunto foi amplamente debatido na última assembleia geral da CNBB, D. Vicente afirmou que, "em vez de lutas veladas ou abertas, sempre prejudiciais a ambas as partes, cumpre optar pela busca em conjunto de soluções." Deixando bem claro que o CIMI ultrapassou os limites do seu campo de ação missionário, D. Vicente revelou que "as atitudes tomadas em entrevistas, publicações e encontros celebrados ultimamente pela entidade não tiveram a aprovação da assembleia da CNBB. A sociedade sofrerá alterações nos seus estatutos de tal forma que suas atividades não se afastem das diretrizes do episcopado e no futuro fiquem subordinadas à supervisão da CNBB." Em suma, a Conferência Nacional dos Bispos reconhece, pelo que se depreende das afirmações do cardeal-arcebispo de Porto Alegre, ser preciso que os missionários do CIMI se mantenham dentro do seu campo de ação pastoral, contendo as suas invectivas verbais contra a Funai e todos os demais organismos que têm tentado limitar o seu campo de ação.

Não tem sido outra a nossa posição. Em sucessivos editoriais, vimos alertando os missionários católicos para os efeitos negativos dessa atitude belicosa, prejudicial à causa indígena que se pretendia defender. Infelizmente, as advertências que partiam também de indigenistas e outros setores responsáveis da opinião pública jamais foram ouvidas pelos integrantes do CIMI, que o manobravam como se fosse um organismo independente e soberano, isolado no corpo da Igreja, desafiando, inclusive, o próprio núncio de Sua Santidade o Papa. Agora, a Igreja parece convencer-se de que essa posição irracional, anticristã e perturbadora, para o benefício dos índios brasileiros não poderia continuar, motivo pelo qual a CNBB deverá fixar normas para limitar a ação e a incontinência verbal de seus dirigentes.

Não estamos, todavia, muito convencidos de que a simples reunião da CNBB e até mesmo o enquadramento estatutário do CIMI, anunciado por D. Vicente Scherer, permitiam alcançar os desejados objetivos pacificadores. Não é a primeira vez que o CIMI se rebela. Poderá, provavelmente, haver um período de silêncio e paz, de trabalho construtivo e busca de soluções comuns, mas não tardará que de novo surjam desentendimentos, querelas e, talvez, até mesmo "declarações de guerra" do CIMI contra a Funai.

Os últimos acontecimentos, neste campo, têm demonstrado por parte do governo uma grande vontade de acertar. Houve recuos ponderáveis e muitas injustiças, denunciadas pela imprensa e por chefes indígenas, estão sendo estudadas e sanadas. Muitas outras existem, ainda, mas o caminho para superá-las é esse diálogo a que se refere D. Vicente Scherer e a denúncia pública em termos dignos e não panfletários. Atualmente, o Ministério do Interior se dispõe a iniciar uma revisão do Estatuto do Índio, para sanar lacunas e omissões. Este é o momento propício para que o CIMI mostre que pretende realmente colaborar na solução do problema indígena, apresentando, de forma tranqüila, sugestões construtivas para um amplo debate ao governo federal, certo, não poderá escu-